

Sumário

Capítulo I – Tributação, Direito Tributário e Tributo	15
1. Origem da tributação e da sua limitação.....	15
2. A tributação como instrumento da sociedade.....	16
3. Fiscalidade e extrafiscalidade.....	18
4. Direito Tributário.....	20
5. Relação com outras disciplinas jurídicas.....	21
6. Relação com a economia e com a contabilidade.....	23
7. Conceito de tributo.....	24
8. Preços públicos e receitas patrimoniais.....	28
Capítulo II – Espécies Tributárias	31
9. Características e regimes jurídicos específicos.....	31
10. Critérios para a identificação das espécies tributárias.....	32
11. Classificação dos tributos em cinco espécies tributárias.....	34
12. Impostos.....	35
13. Taxas.....	36
14. Contribuições de melhoria.....	38
15. Empréstimos compulsórios.....	39
16. Contribuições.....	40
17. Contribuições sociais.....	43
18. Contribuições de intervenção no domínio econômico.....	44
19. Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas.....	46
20. Contribuições de iluminação pública.....	47
Capítulo III – Competência Tributária	49
21. Detalhamento da competência pela Constituição.....	49
22. Normas constitucionais concessivas de competência.....	51
23. Critério da atividade estatal.....	52
24. Critério da base econômica.....	52
25. Critério da finalidade.....	54
26. Imunidades.....	56
27. Competências privativas, comuns e residuais.....	58
28. Bitributação e <i>bis in idem</i>	59
29. Tributos na base de cálculo de outros tributos.....	61
Capítulo IV – Princípios Constitucionais Tributários	65
30. Os diversos tipos de normas: princípios, regras e normas de colisão.....	65

31. Princípios gerais de Direito Tributário.....	66
32. Princípio da segurança jurídica em matéria tributária.....	67
33. Princípio da igualdade em matéria tributária.....	69
34. Princípio da capacidade contributiva.....	73
35. Princípio da praticabilidade da tributação.....	76
Capítulo V – Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar.....	81
36. Natureza das limitações ao poder de tributar.....	81
37. Limitações em prol da segurança jurídica, da justiça tributária, da liberdade e da federação.....	82
38. Garantia da legalidade absoluta.....	82
39. Garantia da irretroatividade.....	87
40. Garantia de anterioridade.....	90
41. Isonomia.....	95
42. Não confisco.....	96
43. Proibição de limitações ao tráfego por meio de tributos interestaduais e intermunicipais e o pedágio.....	97
44. Imunidades genéricas a impostos.....	98
45. Imunidade recíproca.....	100
46. Imunidade dos templos: garantia da liberdade de culto.....	101
47. Imunidade dos partidos, sindicatos, entidades educacionais e assistenciais.....	102
48. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel para a sua impressão.....	104
49. Limitações específicas à União.....	106
50. Uniformidade geográfica.....	106
51. Vedação da tributação diferenciada da renda das obrigações das dívidas públicas e da remuneração dos servidores.....	107
52. Vedação à isenção heterônoma.....	108
53. Limitações aos Estados e Municípios para estabelecer diferença tributária em razão da procedência ou destino.....	109
54. Vedação da afetação do produto de impostos.....	109
Capítulo VI – Legislação Tributária.....	113
55. Normas constitucionais.....	113
56. Leis complementares à Constituição.....	113
57. Resoluções do Senado.....	116
58. Convênios.....	116
59. Tratados internacionais.....	117
60. Leis ordinárias e medidas provisórias.....	120
61. Atos normativos infralegais: Decretos, Instruções Normativas, Portarias, Ordens de Serviço.....	120
62. Vigência e aplicação da legislação tributária.....	121
63. Integração e interpretação da legislação tributária.....	122
64. Aplicação dos princípios de Direito Tributário, de Direito Público e de Direito Privado e das normas de colisão.....	125
65. Analogia.....	129
66. Equidade.....	130
Capítulo VII – Obrigação Tributária.....	133
67. As diversas relações jurídicas de natureza contributiva, não contributiva e punitiva.....	133
68. Obrigações principais e acessórias.....	133
69. Hipótese de incidência e fato gerador.....	136

70. Classificação dos fatos geradores.....	136
71. Norma tributária antielisiva.....	138
72. Aspectos da norma tributária impositiva.....	138
73. Sujeito ativo.....	140
74. Sujeitos passivos das diversas relações jurídicas com o Fisco.....	141
75. Contribuinte.....	143
76. Substituto tributário.....	144
77. Responsável tributário.....	146
78. Responsabilidade dos sucessores.....	149
79. Responsabilidade de terceiros, inclusive dos sócios-gerentes e administradores.....	151
80. Responsabilidades estabelecidas pelo legislador ordinário.....	154
81. Responsabilidade por infrações, multas e denúncia espontânea.....	156
82. Solidariedade.....	160
83. Capacidade tributária.....	161
84. Cadastros de contribuintes.....	161
85. Domicílio tributário.....	162
Capítulo VIII – Constituição do Crédito Tributário.....	165
86. Natureza do crédito tributário.....	165
87. Existência, exigibilidade e exequibilidade.....	165
88. Constituição ou formalização do crédito tributário.....	166
89. Pagamento, depósito, declaração ou confissão do contribuinte.....	167
90. Lançamentos de ofício, por declaração e por homologação.....	169
91. Lançamento por arbitramento ou aferição indireta.....	171
92. Liquidação no processo trabalhista.....	173
Capítulo IX – Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário.....	175
93. Hipóteses de suspensão da exigibilidade do Crédito Tributário.....	175
94. Moratória e parcelamento.....	176
95. Impugnação e recurso administrativos.....	178
96. Liminares e antecipações de tutela.....	179
97. Depósito do montante integral do crédito tributário.....	180
98. Efeitos da suspensão da exigibilidade do Crédito Tributário.....	182
Capítulo X – Exclusão do Crédito Tributário.....	183
99. Natureza e efeitos da exclusão do crédito tributário.....	183
100. Isenção.....	183
101. Anistia.....	185
Capítulo XI – Extinção do Crédito Tributário.....	187
102. Hipóteses de extinção do crédito tributário.....	187
103. Pagamento, juros e multas.....	187
104. Pagamento indevido e sua repetição.....	189
105. Compensação.....	192
106. Decadência do direito de lançar.....	194
107. Prescrição da ação para execução do crédito tributário.....	195
Capítulo XII – Garantias e Privilégios do Crédito Tributário.....	201
108. Meios de garantia e privilégios.....	201
109. Sujeição do patrimônio do devedor à satisfação do crédito.....	201
110. Bens absolutamente impenhoráveis por determinação legal.....	202

111. Arrolamento administrativo de bens.....	203
112. Ineficácia das alienações em fraude à dívida ativa	204
113. Indisponibilidade dos bens.....	205
114. Preferência do crédito tributário, inclusive na recuperação judicial e na falência.....	206
115. Autonomia da execução de crédito tributário mesmo havendo juízo universal.....	207
Capítulo XIII – Administração Tributária.....	209
116. Órgãos de administração tributária.....	209
117. Fiscalização tributária.....	209
118. Inscrição em dívida ativa.....	212
119. Certidões negativas de débito.....	215
Capítulo XIV – Regime do Simples Nacional.....	219
120. Regime simplificado e unificado de recolhimento de tributos para microempresas e empresas de pequeno porte – Simples Nacional.....	219
Capítulo XV – Impostos Instituídos.....	223
121. Imposto sobre importação (II)	223
122. Imposto sobre exportação (IE).....	226
123. Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR).....	228
124. Imposto sobre produtos industrializados (IPI).....	237
125. Impostos sobre operações de crédito, câmbio, seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF).....	246
126. Imposto sobre propriedade territorial rural (ITR).....	255
127. Imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação (ITCMD).....	260
128. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).....	263
129. Imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA).....	271
130. Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU).....	274
131. Imposto sobre transmissão <i>inter vivos</i> de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis (ITBI).....	277
132. Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS).....	281
Capítulo XVI – Contribuições Instituídas.....	287
133. Contribuições previdenciárias dos segurados do regime geral de previdência social.....	287
134. Contribuições previdenciárias do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada.....	292
135. Contribuições de seguridade social sobre a receita (PIS e COFINS)	300
136. Contribuição de seguridade social sobre o lucro (CSL)	306
137. Contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao INCRA.....	308
138. Contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao SEBRAE.	310
139. Contribuição de intervenção no domínio econômico sobre a comercialização de combustíveis.....	312
140. Contribuição profissional (anuidade) aos Conselhos de Fiscalização Profissional ..	313
141. Contribuição profissional sindical.....	316
142. Contribuição de iluminação pública municipal (CIP).....	318
Capítulo XVII – Taxas Instituídas.....	321
143. Taxa de coleta de lixo domiciliar.....	321
144. Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento	322

Capítulo XVIII – Processo Administrativo Fiscal	325
145. O Decreto 70.235/72.....	325
146. Ação fiscal e autuação	326
147. Notificações e intimações.....	329
148. Fase litigiosa: impugnação, instrução e recursos.....	329
149. Nulidades no processo administrativo-fiscal	332
Capítulo XIX – Processo Judicial Tributário	335
150. Ações do fisco e do contribuinte.....	335
151. Medida cautelar fiscal	337
152. Execução fiscal.....	338
153. Exceção de pré-executividade.....	340
154. Embargos à execução	341
155. Mandado de segurança	342
156. Ação declaratória	344
157. Ação anulatória	345
158. Ação cautelar de caução.....	347
159. Ação consignatória	348
160. Ação de repetição de indébito tributário e de compensação.....	348
161. Conexão entre ações tributárias	350
Capítulo XX – Persecução penal tributária	353
162. Criminalização de condutas ligadas à tributação.....	353
163. Representação fiscal para fins penais.....	354
164. Ação penal pública.....	355
165. Constituição definitiva do crédito tributário como elemento essencial dos crimes materiais contra a ordem tributária.....	356
166. Princípio da insignificância nos crimes contra a ordem tributária.....	358
167. Suspensão da punibilidade pelo parcelamento e extinção da punibilidade pelo pagamento.....	359
Capítulo XXI – Crimes Tributários	363
168. Crimes tributários praticados por particulares	363
169. Descaminho.....	363
170. Apropriação indébita tributária.....	364
171. Sonegação de tributos.....	365
172. Falsificação de papéis públicos tributários.....	368
173. Crimes tributários praticados por funcionários públicos.....	369
174. Excesso de exação.....	369
175. Facilitação ao descaminho.....	370
176. Extravio, sonegação ou inutilização de livro, processo ou documento fiscal.....	370
177. Corrupção passiva fiscal.....	371
178. Advocacia administrativa fiscal.....	371